

Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade

Edwaldo Costa
(Organizador)



Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade

Edwaldo Costa
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abraão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Comunicação: meios e mídias no contexto da pós-verdade

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Edwaldo Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C741 Comunicação: meios e mídias no contexto da pós-verdade /
Organizador Edwaldo Costa. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-692-8

DOI 10.22533/at.ed.928210601

1. Comunicação. 2. Mídia. I. Costa, Edwaldo
(Organizador). II. Título.

CDD 302.23

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O e-book “Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade” reúne não apenas as possibilidades que o campo da Comunicação enseja, mas também os desafios que se erigem na/da sociedade contemporânea, marcada pelo crescente processo de midiaticização e conflitos simbólicos presentes nas redes sociais, numa época em que a pós-verdade assume lugar de destaque. A pós-verdade constitui-se como um neologismo cada vez mais usado na compreensão de fenômenos relacionados à percepção de mundo e às novas circularidades de informações/opiniões. Em 2016, o Dicionário Oxford elegeu o termo pós-verdade, ou *post-truth*, como a palavra do ano em língua inglesa. Segundo o dicionário, a expressão indica que a opinião pessoal ou pública é mais suscetível às emoções e crenças preestabelecidas do que aos fatos objetivos. Os textos apresentados nesta coletânea foram produzidos por pesquisadores brasileiros, chilenos, colombianos e espanhóis em resposta às demandas da comunidade científica. Trata-se de uma obra transdisciplinar que versa sobre comunicação, jornalismo ético, democracia, produção radiofônica, *clusters*, educação ambiental, cultura, consumo, políticas da vida, controle social, comercial, estratégias de marca, direito a comunicação, liberdade de imprensa, *packaging*, posicionamento de marca, práticas de consumo noticioso, métodos qualitativos, política feminista nas redes sociais, *street papers*, educação inclusiva, cidadania, comunicação ambiental, ressignificação, *fake news*, semiótica e teoria dos atos de fala.

A ideia da coletânea é simples: propor análises e fomentar discussões sobre a comunicação a partir de diferentes pontos de vista: político, educacional, filosófico e literário. Como toda obra coletiva, também esta precisa ser lida tendo-se em consideração a diversidade e a riqueza específica de cada contribuição. Por fim, sabemos o quanto importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora, capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para que estes pesquisadores exponham e divulguem seus resultados.

Prof. Dr. Edwaldo Costa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

JORNALISMO ÉTICO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E CREDIBILIDADE: DILEMAS DO
PROFISSIONAL DE JORNALISMO NAS MÍDIAS SOCIAIS

Edwaldo Costa

Marcos Simas

DOI 10.22533/at.ed.9282106011

CAPÍTULO 2..... 14

SEMIÓTICA E A TEORIA DOS ATOS DE FALA: UMA ABORDAGEM PRAGMÁTICA PARA
O PROBLEMA DAS *FAKE NEWS*

Anderson Vinicius Romanini

Márcia Pinheiro Ohlson

DOI 10.22533/at.ed.9282106012

CAPÍTULO 3..... 24

PARTILHAR COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMPUTAÇÃO PARA A CIDADANIA EM
REDE

Márcia Marques

Alzimar Rodrigues Ramalho

Tatyane Mendes Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.9282106013

CAPÍTULO 4..... 35

DERECHO A LA COMUNICACIÓN: UN DERECHO COMPLEJO

Bernardo Alfredo Hernández Umaña

DOI 10.22533/at.ed.9282106014

CAPÍTULO 5..... 42

ENTRAMADO DE PRÁCTICAS DE CONSUMO NOTICIOSO ENTRE LOS JÓVENES:
MÉTODOS CUALITATIVOS PARA A RECOLECCIÓN DE DADOS

Constanza Gajardo León

Tabita Moreno Becerra

DOI 10.22533/at.ed.9282106015

CAPÍTULO 6..... 57

ENTRE DICOTOMIAS E SILENCIAMENTOS: O FAZER POLÍTICO FEMINISTA NAS
REDES SOCIAIS

Mayara Larissa Benatti da Silva

DOI 10.22533/at.ed.9282106016

CAPÍTULO 7..... 67

RESSIGNIFICAÇÃO NAS REDES SOCIAIS: DE “VIVER É A MELHOR CONEXÃO” PARA
“VIVER É A MELHOR CONEXÃO... INTERROMPIDA”, UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
REPERCUSSÃO DO FILME PUBLICITÁRIO DA MARCA VIVO

Thiago Silva dos Reis

DOI 10.22533/at.ed.9282106017

CAPÍTULO 8..... 75

DIFERENÇAS CONCEITUAIS SOBRE O CONSUMO NO FILME SEX AND THE CITY E NAS ESTRATÉGIAS DA MARCA ORNA

Julia Corrêa Borges dos Santos

Iris Yae Tomita

DOI 10.22533/at.ed.9282106018

CAPÍTULO 9..... 88

DEPOIS EU É QUE SOU ATRASADA? CONTROLE SOCIAL NO COMERCIAL “AVÓ” DE HAVAIANAS

Carla de Araujo Risso

DOI 10.22533/at.ed.9282106019

CAPÍTULO 10..... 99

EL *PACKAGING* COMO ELEMENTO DE POSICIONAMIENTO DE MARCA EN EL ACEITE DE OLIVA VIRGEN EXTRA *GOURMET*

Alba Merino Cajaraville

DOI 10.22533/at.ed.92821060110

CAPÍTULO 11..... 112

CLUSTER COMUNIDADE DE MEDELLÍN. DO DISCURSO DA GUERRA AO DA COLABORAÇÃO

Mónica Valle

María Teresa Herrera Echavarría

DOI 10.22533/at.ed.92821060111

CAPÍTULO 12..... 122

“JUVENTUDE EM PAUTA”: EXPERIÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NUM PROGRAMA RADIOFÔNICO

Luiza Tirelli Rehbein

Emy Francielli Lunardi

DOI 10.22533/at.ed.92821060112

CAPÍTULO 13..... 134

ODETE PACHECO, A DESBRAVADORA DO RÁDIO ALAGOANO

Ricardo José Oliveira Ferro

José Wagner Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.92821060113

CAPÍTULO 14..... 144

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAIS: REFLEXÕES SOBRE CULTURA, IDENTIDADE, CONSUMO E CIDADANIA

Melissa Heberle Diedrich

DOI 10.22533/at.ed.92821060114

CAPÍTULO 15.....	156
OS DESAFIOS NA COMUNICAÇÃO SOBRE ATRIBUTOS AMBIENTAIS E ECONÔMICOS DE PROJETOS DE ENERGIA ELÉTRICA	
Ana Lucia Rodrigues da Silva	
Fernando Amaral de Almeida Prado Junior	
DOI 10.22533/at.ed.92821060115	
CAPÍTULO 16.....	177
OS (DES) CAMINHOS DA EDUCAÇÃO DO SUJEITO SURDO NA AMAZÔNIA PARAENSE	
Raimunda Berenice Pinheiro Cardoso	
Paulo Jorge Martins Nunes	
Ivone Maria Xavier de Amorim Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.92821060116	
CAPÍTULO 17.....	189
O "STREET PAPER OCAS" NA AVALIAÇÃO DE SEUS LEITORES	
Franklin Larrubia Valverde	
Marília Gomes Ghizzi Godoy	
Rosemari Fagá Viégas	
DOI 10.22533/at.ed.92821060117	
CAPÍTULO 18.....	198
COMA E UTI: POLÍTICAS DA VIDA	
Verusk Arruda Mimura	
DOI 10.22533/at.ed.92821060118	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	208
ÍNDICE REMISSIVO.....	209

ENTRE DICOTOMIAS E SILENCIAMENTOS: O FAZER POLÍTICO FEMINISTA NAS REDES SOCIAIS

Data de aceite: 04/01/2021

Data de submissão: 05/10/2020

Mayara Larissa Benatti da Silva

Universidade Estadual de Maringá
Maringá – PR

<http://lattes.cnpq.br/3947651576629350>

RESUMO: O ativismo feminista teve colaboração significativa do ciberespaço, o qual diminuiu custos e possibilitou que as ativistas potencializassem discursos pessoais contendo denúncias e desabafos. Apesar dos espaços online serem propícios para quebrar a barreira do silenciamento histórico das mulheres, nos mesmos também perpetuam-se discursos misóginos. A partir disso, o presente artigo busca discorrer sobre a dicotomia público-privado para avaliar limites e potencialidades do fazer político feminista nas redes sociais a partir do que a literatura disponibiliza sobre o tema e também a partir das hashtags #MeToo e #DeixaElaTrabalhar no Twitter.

PALAVRAS-CHAVE: Ciberativismo; democracia; feminismo; política.

BETWEEN DICHOTOMIES AND SILENCES: FEMINIST POLITICAL MAKING IN SOCIAL NETWORKS

ABSTRACT: Feminist activism had significant collaboration from cyberspace, which reduced costs and enabled activists to enhance personal

speeches containing complaints and outbursts. Although online spaces are conducive to breaking the barrier of women's historical silencing, misogynistic discourses are also perpetuated in them. Based on this, this article seeks to discuss the public-private dichotomy to assess the limits and potential of feminist political action on social networks based on what the literature provides on the topic and also using the hashtags #MeToo and #DeixaElaTrabalhar on Twitter.

KEYWORDS: Cyberactivism; democracy, feminism, political.

1 | INTRODUÇÃO

As redes sociais transformaram de maneira significativa a forma como as comunicações interpessoais acontecem. Elas permitem a conexão entre as pessoas conectadas, possibilitando assim a troca e a circulação de informações. Assim sendo, ferramentas online que permitem produções pessoais se tornaram parte fundamental dentro da militância, já que possibilitam o encontro de grupos com interesses em comum, sem barreiras geográficas. O ciberespaço colaborou de maneira muito significativa no que diz respeito a diminuição de custos, o que permitiu que uma parte das ativistas lutem em prol de suas causas sem mesmo se deslocar, possibilitando o engajamento em causas que talvez não fosse possível sem essas tecnologias. O ciberativismo (PAIVA; SILVA, 2013) feminista encontrou nesses espaços online uma maneira

de potencializar discursos pessoais contendo denúncias, opiniões, desabafos, entre outras produções e compartilhamentos de conteúdos personalizados e individuais. Neste contexto, as *hashtags* apresentam um papel fundamental para o ciberativismo feminista. Após um ocorrido de destaque, tem sido comum que as feministas se articulem e façam protestos no Twitter contando com a ajuda primordial das *hashtags*, que organizam todos os posts realizados acerca daquele tema. Para que um assunto alcance notoriedade rapidamente, são organizados os chamados tuítaços (no Brasil), os quais consistem em tentar “subir” uma *hashtag* e levá-la ao conhecimento público, para que atinja o maior número de pessoas informadas sobre o assunto e, se possível, também engajadas.

O presente trabalho tem como objeto de estudo duas *hashtags* feministas que se encaixam nesse contexto. A maior delas, #MeToo, nasceu e se tornou internacionalmente conhecida no ciberespaço após a série de denúncias contra Harvey Weinstein, um famoso produtor cinematográfico norte americano. O produtor foi denunciado por agressão sexual e estupro por diversas mulheres de Hollywood, o que causou uma comoção a nível global, especialmente no Twitter. Para trazer a discussão ao contexto nacional, selecionei também a hashtag #DeixaElaTrabalhar, mais recente que a anterior, inserida no ciberespaço após o assédio sofrido pela repórter Bruna Dealtry durante uma cobertura de um jogo de futebol, por um torcedor. #DeixaElaTrabalhar evidenciou o assédio sexual sofrido por repórteres esportivas e também abriu o debate sobre o assédio no local de trabalho, mais especificadamente em um ambiente de domínio masculino, como é o futebol e outros esportes. As duas hashtags apresentam semelhanças, primeiro por surgirem da mesma faceta do machismo: o assédio sexual; e também por esses assédios terem acontecido no ambiente de trabalho das mulheres que os denunciaram. Desta forma, o presente trabalho pretende analisar, entre limites e possibilidades, como esse tipo de ativismo colabora com noções de democracia e participação, se é uma forma de luta contra o silenciamento histórico das mulheres e também propor reflexões sobre ciberativismo e feminismos.

2 | ENTRE DICOTOMIAS E SILENCIAMENTOS: O FAZER POLÍTICO FEMINISTA NAS REDES SOCIAIS

Sempre há algo não dito e ainda por dizer, sempre há uma mulher lutando para encontrar palavras e vontade de contar sua história. Todos os dias, cada uma de nós inventa o mundo e o eu diante desse mundo, abre ou fecha o espaço para outros dentro dele. O silêncio está sendo incessantemente rompido e então, como onda encobrendo as pegadas, os castelos de areia, as algas e as conchas lavadas, o silêncio ressurgiu. Em partes, construímo-nos a partir de nossas histórias sobre nós mesmas e o nosso mundo, juntas e separadas. A grande experiência feminista de refazer o mundo refazendo nossas ideias de gênero e instigando quem tem o direito de romper o silêncio tem tido imenso sucesso e ainda continua extremamente incompleta. (SOLNIT, 2017, p. 83)

Antes de começar este trabalho, uma grande preocupação se passava sobre a

desconstruir a ideia de que a internet, e conseqüentemente, os ambientes construídos pelas redes sociais online, carregam um ideal de avanço tecnológico e “modernidade” universal. A palavra modernidade aparece aqui entre aspas por se tratar de um conceito construído e vindo da colonização (MIGNOLO, 2015). Portanto, é necessário ponderar que estes são espaços, muitas vezes, propícios a formação de discursos com caráter universalista e privilegiados:

Na verdade, a cultura, a informação e o conhecimento sempre foram esferas privilegiadas de dominação econômica e política. A diferença é que nestes dias de capitalismo tardio ou pós-fordista esse fato ficou mais evidente. (MIGNOLO, 2017, p. 386)

É necessário ponderar que a narrativa única de que as redes sociais da internet trazem um ideal de transformação, inovação e novamente, de modernidade, precisa ser descartado. É preciso, portanto, desfazer-se do mito de progresso antes da presente análise, para assim, avaliar os aspectos nos quais a internet democratizou o acesso aos feminismos, ou não, apontando limites e possibilidades a partir disso.

Vale observar ainda que, mesmo que a internet seja um instrumento efetivamente novo, ela vem para aprofundar tendências historicamente presentes na sociedade capitalista contemporânea, não existindo, no entanto, indicações de que seja um fator de transformação radical da estrutura social, do sistema de estratificação e das normas e valores da sociedade. (PINHO, 2011, p. 104)

A partir dessa reflexão, portanto, é possível prosseguir avaliando, entre limites e possibilidades as maneiras como as redes sociais colaboraram para o ativismo feminista, no que diz respeito a democratizar a fala e lutar contra o silenciamento. Quando se pensa em maneiras de exercer a democracia e a participação logo vem em mente o modelo de esfera pública construído por Jürgen Habermas (1984; 1997). O autor considera a esfera pública como uma arena não formal onde são debatidos assuntos de interesse geral e onde opiniões podem ser formadas. Essa participação é considerada primordial para a efetividade do conceito de democracia deliberativa. Para Habermas a comunicação informal também é importante para o debate sobre questões públicas e demandas a serem enviadas ao corpo administrativo. O ponto central desta seção é entender as redes sociais enquanto espaços propícios para a formação de esferas públicas e refletir sobre os conceitos de democracia e participação na rede a partir dos objetos propostos. Lembrando que o conceito de esferas públicas é utilizado no plural, visto que será problematizado posteriormente o conceito constituído por uma única e universal esfera pública, conseqüentemente pensando para o ideal de um sujeito neutro e universal. Uma autora que apresenta críticas consistentes a Habermas é Iris Marion Young, a qual reconhece a importância do modelo de esfera pública e a teoria de ação comunicativa constituídos por Habermas, mas que apresenta um pensamento crítico às dicotomias presentes nessas teorias.

Habermas mantém vestígios da dicotomia entre razão e afetividade. Ele separa de forma bastante firme o discurso sobre sentimentos do discurso sobre normas. Seu modelo da própria linguagem, além disso, depende muito de um paradigma de argumentação discursiva, retirando a ênfase aos aspectos metafóricos, retóricos, lúdicos e corporificados da fala que são um aspecto importante do seu efeito comunicativo. (Iris Marion YOUNG, 2012, p.196)

O público é considerado para o autor diretamente ligado à razão, enquanto que o privado é relacionado aos sentimentos e desejos. Essa separação é bem presente em suas teorias e define que um sujeito racionalizado está necessariamente separado de suas necessidades, desejos, sentimentos e todo o conjunto de definições atribuídas e relacionadas à esfera privada. Pensando nisso, outra autora que defende a desconstrução dos ideais de imparcialidade e universalidade é Anne Phillips, a qual defende que a neutralidade é impossível e impraticável, visto que não é possível que alguém abandone seu corpo e suas características visíveis ao entrar na arena pública:

[...]não há indivíduo neutro quanto ao gênero e, quando os liberais tentam lidar conosco apenas em nossa condição de cidadãs abstratas, estão desejando apagar não apenas diferenças de classe, mas aquelas que podem ser diferenças ainda mais intransigentes de sexo. A democracia liberal deseja ignorar (e o republicanismo cívico deseja transcender) todas as identidades e diferenças mais locais; na realidade, as duas tradições insinuam o corpo masculino e a identidade masculina em suas definições da norma. (PHILLIPS, 2011, p. 341)

Essas análises certamente trazem novas reflexões sobre a democracia para além do Estado. Mas, afinal, o que é democracia? Esta é uma questão complexa e controversa, já discutida amplamente e com muitas interpretações diferentes, como aponta Anthony Giddens (1999). A definição do autor tem como um de seus pilares a liberdade civil: “[...] liberdade de expressão e discussão, juntamente com a liberdade de formar grupos ou associações políticas e de neles ingressar.”. Desta maneira, a formação de grupos com interesses em comum, bem como a articulação das participantes com o objetivo de reivindicar um direito, expor um problema ou discutir sobre algum tema, podem configurar, a priori, como práticas democráticas.

O contato com o objeto analisado, as hashtags #MeToo e #DeixaElaTrabalhar, proporciona reflexões sobre como a democracia se articula na rede, especialmente no que diz respeito ao conceito de estar diretamente ligado à liberdade de expressão e discussão. Discutir, desabafar, reivindicar e expor um tema como é o abuso sexual, tema central das hashtags propostas, certamente demonstra que os espaços online se mostraram, de alguma forma, como espaços onde é possível que até mesmo esses temas sensíveis sejam abordados e discutidos amplamente. Isso revela também o quão urgente é a reivindicação pelo ato de expor e que funciona como uma quebra de barreira imposta pelo silenciamento histórico das mulheres.

Em *A Mãe de Todas as Perguntas*, Rebecca Solnit escreve um ensaio dedicado a reflexão sobre as diversas formas de silenciamento das mulheres. A autora faz uma defesa sobre o poder da fala e de contar a própria história, dizendo que ter voz é fundamental. Afinal, se uma mulher não conta pelo que passou, não traz aos ouvidos alheios a sua história e, assim sendo, não pode ser ouvida. A voz, ainda, não diz respeito apenas ao ato de falar, mas também de se posicionar perante alguma situação, participar ativamente, reivindicar ou até mesmo sobre ter o direito de não falar em algumas situações. Tudo isso faz parte do que a autora considera como a ideia de voz ampliada para a ação. Dessa forma, é possível compreender que o silenciamento ocorre de diversas maneiras, não somente no que diz respeito exclusivamente a voz.

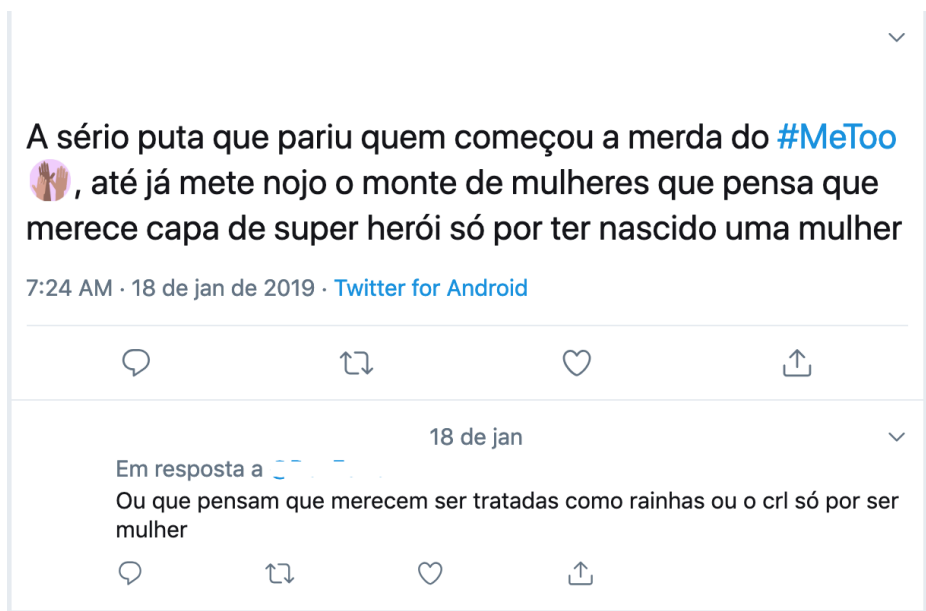
Um marido bate na mulher para silenciá-la; um namorado ou um conhecido estuprador impede que o “não” da sua vítima signifique o que deveria significar, isto é, que a jurisdição sobre o seu corpo pertence apenas a ela; a cultura do estupro afirma que o depoimento das mulheres não tem valor, não merece confiança, os ativistas contra o aborto também procuram silenciar a autodeterminação das mulheres; um assassino silencia para sempre. (SOLNIT, 2017, p. 30)

É válido falar que além das mulheres, outros grupos minoritários não estão sendo ouvidos. E que dentro da categoria mulheres existem outras categorias, com mais ou menos privilégios. Os silenciamentos de outros grupos também são temas/objetos de estudo muito válidos, no entanto, no presente momento do trabalho, foco no silenciamento das mulheres a partir da perspectiva enquanto gênero.

Apesar das barreiras impostas pelo silêncio, a possibilidade de expor reivindicações na internet se tornou uma maneira de romper, ainda que com limites, esse silenciamento. No trecho “O silêncio e a vergonha são contagiosos; a coragem e a fala, também.”, Solnit aponta que a internet e as redes sociais têm construído uma poderosa rede de apoio entre mulheres. Portanto, quando uma mulher, a partir de sua experiência individual, apresenta uma denúncia ou desabafo sobre algo a partir do uso de uma hashtag, um dos efeitos que pode ocorrer é o de contagiar outras mulheres a fazer o mesmo. Se a premissa para que o silêncio deixe de existir e dê lugar à voz é que existam as condições ideais para isso, o fato de uma mulher (ou mais) tomar a iniciativa e falar sobre si, especialmente quando cabe a reivindicação de um direito, pode desempenhar um papel fundamental na quebra do silêncio. Se o silêncio foi um dos responsáveis pela longa perpetuação da cultura do estupro, ainda resistente nos dias atuais, o ato de expô-la a sua versão da história pode fazer as coisas caminharem um pouco.

Apesar de todos os avanços vindos a partir da quebra do silêncio a partir do ciberativismo, que como consequências positivas resultou em empoderamento, acesso à informação, entre outros, as redes sociais passam também pelo oposto. A autora pontua que tentativas de silenciamento persistem e nitidamente isso não parece ser uma

surpresa. Campanhas com o uso de hashtags se tornam alvo de ataques apropriando-se desta hashtag, ou ainda, atacando as ativistas. De fato, os espaços públicos em sua homogeneidade são marcados pela exclusão de diversos grupos sociais, entre eles, as mulheres e entre as mulheres, outras tantas categorias. Nos espaços online, onde basta ter um perfil em uma rede social para dizer algo, até mesmo sem a necessidade de se identificar, não seria diferente.



Na imagem acima, Tweets da seleção documentada a partir da hashtag #MeToo, ilustram como as campanhas feministas nas redes sociais se tornaram alvo de discursos de ódio.

Diante da infinidade de campanhas e mulheres que são alvos de discursos de ódio misóginos nas redes sociais, Solnit é cuidadosa ao dizer que, ao mesmo tempo em que se têm avanços a partir dessa forma de ativismo, também se têm alguns regressos.

As redes sociais também se tornaram palco de campanhas furiosas para silenciar as mulheres que denunciavam a misoginia e a violência contra as mulheres, e o Twitter, em particular, tolerou amplas campanhas de estupro e ameaças de morte. Converteu-se em uma nova plataforma, tanto para romper o silêncio quanto para impô-lo com ameaças e intimidações. (SOLNIT, 2017, p. 82)

A partir disso, a ponderação sobre os espaços online é necessária ao estudá-los. Fica claro que o ideal utópico de inteligência coletiva imaginado e proposto por Pierry Lévy está longe de se concretizar. Quando o autor propôs que esses novos meios de comunicação iriam “renovar profundamente as formas do laço social, no sentido de uma

maior fraternidade, e ajudar a resolver os problemas com os quais a humanidade hoje se debate” (LÉVY, 2000, p. 13), provavelmente não imaginou que a internet não solucionaria estes problemas. As interações na internet deixam claro que as relações de poder se perpetuam nestes espaços e a resistência se faz necessária. Se a proposta do autor era a de que os ambientes online criariam um senso de fraternidade em todas as pessoas ali presentes, as presentes análises mostram que não. Afinal, como é possível reunir e conciliar pluralidades apenas a partir da fraternidade? Os laços sociais, de fato, se renovaram e continuam este processo de transformação, mas isso não significa, por si só, um efeito positivo.

Para discutir sobre o silenciamento histórico das mulheres, a discussão sobre a dicotomia público-privado apresentada e já muito discutida pela bibliografia feminista pode ser útil para compreender melhor os motivos da existência e resistência deste silenciamento. Essa relação é contestada por trazer uma universalidade para a esfera pública, a qual define que alguns assuntos e experiências deveriam estar na esfera privada e, assim sendo, não seriam políticos. O modelo composto por uma única esfera pública universal, que na verdade é construído pensando em um sujeito homogêneo implica na exclusão de diversos grupos. Ideais de razão, impessoalidade, neutralidade e universalidade compõem o ideal de esfera pública, enquanto relações familiares, afetivas e outras relações de caráter pessoal e íntimo ficam restritas à esfera privada.

A contribuição dessa discussão ainda se faz presente nos atuais estudos feministas e especialmente no presente trabalho. O principal tema ao qual as hashtags propostas giram em torno, a exposição de um assédio sexual, revela que alguns assuntos vistos como privados não devem permanecer na esfera do privado. Reivindicações como são as das hashtags propostas nos convidam a perceber a necessidade de se falar sobre o que acontece e a urgência em ser ouvida. Temas que envolvem a vida íntima não são invioláveis e estão dia após dia sendo reivindicados.

O ideal da imparcialidade prejudica no avanço de uma sociedade mais democrática. Isso porque a universalidade é impossível de ser atingida, visto que esse ideal está carregado parcialidade. Se apenas alguns grupos privilegiados têm acesso a decisões, grupos oprimidos perdem o direito às suas próprias vozes. Dessa forma, quando uma mulher decide expôr uma situação que está acontecendo em sua vida privada, como é o caso de uma denúncia de assédio, ou mesmo apoiar outras mulheres que estão denunciando, de repente, surgem vozes dizendo que aquele discurso não pode fazer parte daquele lugar, que aquela mulher não tem o direito de falar.

Se os grupos oprimidos questionarem a suposta neutralidade dos pressupostos e políticas vigentes e expressarem suas próprias experiências e perspectivas, suas reivindicações serão tomadas como a expressão de interesses especiais enviesados e egoístas, que se desviam do interesse geral imparcial. O compromisso com o ideal da imparcialidade, portanto, torna

difícil expor a parcialidade do ponto de vista supostamente geral e reivindicar que os oprimidos sejam ouvidos. (YOUNG, 2000, p. 193)

A redefinição do conceito de política foi uma das maiores contribuições da segunda onda do feminismo, com o slogan “O pessoal é político”, as feministas dessa onda buscavam reivindicar que temas antes delimitados à esfera privada fossem reivindicados na esfera pública. As relações naturalizadas como íntimas e pessoais, passam a ser vistas como relações de poder e assim sendo, carregadas de política. Em Michel Foucault podemos compreender porque as relações não são apenas pessoais. Qualquer relação é carregada de poder, seja na família, no trabalho, na afetividade ou ainda, nos espaços online e relações que se constroem neles.

Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E “o” poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apóia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. Sem dúvida, devemos ser nominalista: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. (FOUCAULT, 1988, p. 89)

O direito ao espaço privado é, ao mesmo tempo, uma ideia de valor fundamental e também está intrinsecamente ligada à ideia de dominação, como aponta uma parte da bibliografia feminista. Afinal, quem tem direito ao privado em uma sociedade patriarcal? Quem tem o privilégio para exercer livremente a ideia do privado? Violência doméstica, estupro, entre outras formas de violência muitas vezes estão escondidas por trás da cortina da esfera privada. É preciso, desta forma, politizar também o privado, descortinar as visões para que as relações ali presentes não sejam vistas como apenas intimidade. O direito ao próprio corpo, a dizer não e à própria privacidade.

A visão de que a violência sexual é constitutiva das relações entre mulheres e homens, assim como a identificação do estupro como arma do patriarcado e como arma rotineira de intimidação das mulheres, corrobora a definição de que a privacidade é parte de um ideário que serve à dominação masculina. Sobretudo no feminismo dos anos 1960 e 1970, o afeto, a sexualidade e o corpo foram politizados por meio de manifestações e de testemunhos que permitiram levar a público as perspectivas de mulheres, em um processo que objetivou, ao mesmo tempo, redefinir as regras do jogo e conscientizar as próprias mulheres. Nesse período, a noção de direito ao corpo foi fundamental em diferentes partes do mundo para o ativismo contra a violência doméstica e o estupro, assim como a luta pelo complexo de direitos relacionados à reprodução, como o direito ao aborto. Essa atuação política fortaleceu a compreensão de que cabe às teóricas feministas construir categorias de análise que levem em consideração as experiências vividas pelas mulheres. (BIROLI, 2014, p. 41)

31 CONCLUSÃO

Considerando essas contribuições, podemos perceber que as críticas à dicotomia entre público e privado, além de redefinirem o conceito de política, redefiniram também o conceito de democracia. Para além da noção de um Estado democrático, essas discussões trouxeram à luz questões sobre a democratização das relações cotidianas e tantas outras especificidades do que estava escondido por trás do véu da esfera privada. Trata-se, portanto de democratizar a participação política a partir da constituição de um público heterogêneo.

Se abrimos mão do ideal da imparcialidade, não resta justificativa moral para processos de tomada de decisão com relação à ação coletiva que não sejam democráticos. Em vez de um contrato fictício, exigimos estruturas de participação verdadeiras, nas quais pessoas reais, com suas diferenças geográficas, de gênero, étnicas e profissionais, afirmam suas perspectivas sobre questões sociais dentro das instituições que incentivam a representação de suas distintas vozes. (YOUNG, 2000, p. 194)

A democratização das instâncias homogêneas depende de fazer uma democracia com espaço para a pluralidade. Esse espaço só se faz quando existem condições igualitárias para que os diversos grupos possam se expressar, sem violência, silenciamentos e com autonomia para que haja a capacidade de florescer, entre as diferenças, a democracia. Os espaços online colaboram em partes para que haja a capacidade de falar e de ser ouvida, ao mesmo tempo em que surgem discursos de ódio, misóginos, racistas, transfóbicos, LGBTfóbicos, elitistas, entre tantos outros capazes de silenciar. Apesar disso, a luta que se faz diariamente pelos ciberativismos conquistou bons frutos até aqui e a resistência se faz necessária.

Existe uma luta constante entre o silêncio e o rompimento deste silêncio, e que está longe de acabar. Essa luta se faz necessária diariamente e o caminho está em ouvir outras mulheres, aprender com elas (LUGONES, 2014) e fazer ouvir a própria voz. É um processo de desconstrução e construção. Desconstrução de décadas de silêncio, leis, políticas e tantas estruturas e convicções enraizadas. Construção de formas e espaços de fala, transformação de leis para que se adequem a esse cenário, reinvenção dos conceitos de democracia e política. Para finalizar, o discurso de Audre Lorde na Associação de Línguas Modernas em 1977 é muito inspirador no que diz respeito a resgatar a própria voz e entender que o silêncio não traz segurança.

Muitas vezes penso que preciso dizer as coisas que me parecem mais importantes, verbalizá-las, compartilhá-las, mesmo correndo o risco de que sejam rejeitadas ou mal-entendidas. Mais além do que qualquer outro efeito, o fato de dizê-las me faz bem. [...] Podemos aprender a trabalhar e a falar apesar do medo, da mesma maneira que aprendemos a trabalhar e a falar apesar de cansadas. Fomos educadas para respeitar mais ao medo do que a nossa necessidade de linguagem e definição, mas se esperamos em silêncio

que chegue a coragem, o peso do silêncio vai nos afogar. (LORDE, 1977)

É neste sentido que as percepções, até o presente momento do trabalho, têm se feito presentes. São mulheres contando suas histórias, desabafando, dizendo não, apesar das tentativas de silenciamento. E assim se faz o caminho nos feminismos, a partir de luta e resistência. Os avanços existem, precisamos comemorá-los, mas ainda sim o ato de resistir se faz necessário nas instituições acadêmicas, nos espaços online, nas situações do cotidiano, dia após dia.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **“O público e o privado”**, in MIGUEL, Luis Felipe E BIROLI, Flávia. (orgs). *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 31-46, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.

_____ **Direito e Democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2000.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MIGNOLO, W. **A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial**. Civitas, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, 2015.

PAIVA, Cláudio Cardoso de ; SILVA, Irley David Fabricio da. **Ciberativismo e democracia nas redes sociais**. Um espaço de reivindicações e direitos. In: XV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 2013, Mossoró-RN. Anais Intercom. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2013/resumos/R37-0823-1.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

PHILLIPS, Anne. **O que há de errado com a democracia liberal?** Rev. Bras. Ciênc. Polít., Dez, no. 6, p.339-363, 2011.

PINHO, José Antonio Gomes de. **Sociedade da informação, capitalismo e sociedade civil: reflexões sobre política, internet e democracia na realidade Brasileira**. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 51, n. 1, p. 98-106, Feb. 2011.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos**. São Paulo: Schwarcz S.A, 2017.

YOUNG, Iris Marion. **O ideal da imparcialidade e o público cívico**. Revista Brasileira de Ciência Política, Dez 2012, no.9, p.169-203.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Cidadania 24, 25, 27, 29, 32, 33, 86, 127, 144, 148, 149, 150, 151, 155, 164, 177, 189, 190, 192, 196

Clusters 112, 113, 114, 116, 117, 119, 120

Comunicação 2, 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 17, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 54, 59, 67, 68, 69, 72, 86, 88, 90, 91, 94, 95, 98, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 140, 142, 144, 146, 148, 149, 151, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 167, 168, 171, 173, 175, 177, 184, 186, 189, 190, 191, 194, 196, 198, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208

Consumo 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 105, 106, 109, 129, 144, 145, 150, 151, 152, 155, 196

Controle social 26, 31, 33, 88, 97

Cultura 25, 27, 34, 35, 41, 43, 55, 59, 61, 69, 74, 80, 91, 95, 98, 106, 108, 112, 123, 124, 144, 145, 146, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 166, 177, 182, 185, 186, 187, 188, 196, 207

D

Discurso 18, 52, 54, 60, 63, 65, 68, 70, 89, 93, 97, 98, 112, 113, 114, 115, 116, 125, 129, 144, 145, 146, 165, 178, 180, 187

Discurso da guerra 112, 115

Discursos circulantes 88, 93

E

Educomunicação 127, 144, 148, 149, 150, 153, 154

Energia elétrica 114, 145, 156, 157, 166, 167, 174

Era pós-massiva 67

Estratégia de guerra 114

Estratégias 17, 68, 75, 76, 84, 86, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 123, 125, 146, 159, 160, 162, 163, 165, 173, 178

Ética jornalística 7

F

Fake news 10, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 123, 124

Feminismo 57, 64, 66, 153

J

Jornalismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 19, 24, 26, 29, 140, 144, 147, 148, 155, 189,

192, 194, 208

Jornalismo ambiental 144, 147, 148, 155

Jornalismo ético 11

L

Liberdade de expressão 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 60

Liberdade de imprensa 7, 10

Liberdade de informação 7

Linguagem 8, 14, 15, 16, 21, 23, 29, 30, 31, 60, 65, 116, 119, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 144, 153, 164, 169, 171, 183, 184, 187, 192

Linguagem radiofônica 129, 130

M

Marketing 68, 69, 74, 79, 92, 99, 100, 102, 104, 109, 110, 114, 115, 116, 133, 156, 157, 158, 159, 166, 173, 174, 175

Meios de comunicação 2, 12, 26, 67, 69, 88, 133, 146, 156

Mídias 2, 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 19, 69, 98, 122, 123, 124, 125, 127, 132, 133, 148, 156, 164, 165, 206

Mídias na escola 124

Mídias sociais 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 19, 69, 133, 156, 164, 165

Modernidade 26, 59, 66, 90, 144, 150, 151, 154

N

Notícia 4, 10, 11, 14, 18, 125, 145

Novas tecnologias 1, 3, 126

O

Odete Pacheco 134, 135, 138, 140, 141, 142, 143

Opinião pública 9, 12, 22, 88, 89, 147, 162

Orna 75, 76, 77, 83, 84, 85, 86, 87

P

Packaging 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111

Plataforma digital 30

Política 1, 2, 8, 9, 11, 33, 36, 38, 40, 41, 50, 57, 59, 66, 113, 114, 118, 123, 124, 127, 151, 153, 160, 162, 164, 180, 190, 191, 195

Pós-modernidade 26, 144, 150, 154

Pós-verdade 2, 14

Produção radiofônica 122, 131

Publicidade da Vivo 67

R

Rádio 4, 7, 29, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

Rádio como ferramenta pedagógica 123

Redes sociais 7, 8, 9, 10, 12, 13, 16, 22, 32, 33, 57, 58, 59, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 124, 126, 128, 146

Ressignificação 67

S

Semiótica 14, 15, 16, 20, 22, 23, 208

Sex and the city 75, 76, 79, 81, 85, 86

Socioambiental 144, 148, 149, 150, 154

Surdo 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188

T

Tecnologias da informação e comunicação 122, 123

U

UTI 198, 199, 202, 203, 206

W

Web-rádio escola 122, 123, 125, 128

Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 